

Cícero e Boécio: educadores e intelectuais

Cicero and Boethius: educators and intellectuals

Terezinha Oliveira

Professora Doutora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.
teleoliv@gmail.com

Laís Boveto

Universidade Estadual de Maringá. Pedagogia.
laisboveto@hotmail.com

Em um tempo histórico como o nosso, no qual a educação é apontada como solução para as mazelas sociais verificamos um debate muito presente no campo educacional acerca do que deve ou não ser ensinado às crianças. Em geral, busca-se indicar quais conhecimentos/saberes são necessários para que a criança conviva em sociedade – ou para que se torne uma cidadã¹. A aprendizagem dos diferentes conteúdos tem sido direcionada pela idéia de função social – que seria a função de determinados conhecimentos na prática social do aluno. Assim, quando por exemplo, o método de alfabetização é o foco da discussão, são indicadas formas de ensinar leitura e escrita por meio da vivência e da experiência dos alunos. Dessa forma, os materiais utilizados para a alfabetização incluem desde embalagens descartáveis até anúncios de revistas. Para que a criança aprenda matemática indica-se como melhor método aquele que permita o contato físico com objetos que proporcionem a concretização das operações básicas. O uso do ábaco, de jogos e objetos coloridos é indicado como forma mais eficiente de ensino. Acredita-se que se a criança puder, por

¹ Em *A importância da leitura de escritos tomasianos para a formação docente*, Oliveira (2009) parte da indagação de uma aluna do primeiro ano do curso de Pedagogia a respeito da relevância de estudar Tomás de Aquino num curso que forma professores. Para esta aluna, Tomás de Aquino não pode ser “ensinado” a crianças de 6 a 10 anos e, portanto, não seria um conteúdo útil para sua formação. Oliveira indica as razões da importância do mestre Tomás de Aquino por meio das próprias formulações tomasianas, que expressam uma proposta de ensino fundamentada em como proceder para adquirir conhecimento. O foco principal não é o conteúdo. “Não se trata de um programa de estudos, mas, de um caminho para a vida” (OLIVEIRA, 2009, p. 79). E, neste sentido, a autora afirma: “[...] se queremos formar pessoas conscientes, que sejam verdadeiras cidadãs, precisamos lhes dar condições para que sejam, primeiramente, pessoas” (OLIVEIRA, 2009, p. 78).

exemplo, pegar quatro palitos e dividi-los, igualmente, em dois recipientes, assimilará de forma concreta (e, portanto, efetiva) a operação de divisão.

Em contraposição a essas formas de ensino² – consideradas mais eficientes e prazerosas para o aprendiz –, técnicas consideradas tradicionais como a cópia, a caligrafia e a memorização, são apresentadas como tediosas, desnecessárias e pouco eficientes em termos de assimilação por parte do aluno.

Um recente artigo da revista *Nova Escola* aborda o tema cópia sob o título *Tempo perdido*³. A forma como foi apresentada a contextualização histórica do assunto cria a perspectiva de que copiar é uma ação sem finalidade nos dias de hoje é um esforço desnecessário. Argumentos são apresentados para indicar que a cópia pode ser “praticamente banida das salas de aula” (PAULINA, 2010, p. 64), sem prejuízo à aprendizagem. Pelo contrário, copiar é uma ação que pode atrapalhar o desempenho do aluno, especialmente em fase de alfabetização. Na breve contextualização, a autora do artigo apresenta o depoimento da professora e historiadora Terezinha Oliveira, que destaca para o fato da cópia ter imensa relevância histórica, pois, foram os manuscritos produzidos pelos copistas e escribas da Alta Idade Média que possibilitaram o nosso acesso, por exemplo, ao pensamento aristotélico.

“Se hoje conhecemos os escritos de grandes pensadores, como o filósofo grego Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), foi porque os copistas os conservaram”, diz Terezinha Oliveira, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). “Para isso, eles não precisavam ser necessariamente grandes leitores. Ainda assim, eram considerados artistas, pois para os homens medievais a preservação do livro era vital para difundir o conhecimento e a sabedoria.” (PAULINA, 2010, p. 66).

Dessa forma, a cópia servia a um propósito na Idade Média: manter vivo o conhecimento já desenvolvido pelo homem⁴. As citações da historiadora demonstram isso com clareza. Entretanto, o breve espaço dedicado às considerações históricas é finalizado da seguinte forma:

² Optamos por não indicar essas formas de ensino como construtivistas, por verificarmos que, na literatura pedagógica, em alguns momentos há certa dificuldade em definir o construtivismo não como método, mas como teoria. Há também as vertentes construtivistas – piagetiana, pós-piagetiana, vigotskiana – que discordam a respeito de como a teoria construtivista pode ser aplicada ao campo pedagógico. Em virtude desta complexidade, abordamos aqui algumas tendências metodológicas da Pedagogia.

³ PAULINA, Iracy. *Tempo perdido*. **Nova Escola**, São Paulo, n. 229, p. 64 – 67, 2010.

⁴ Segundo Lauand, em 555, Cassiodoro funda o mosteiro Vivarium e principia o trabalho dos copistas dentro dos mosteiros. Essa tarefa foi fundamental para a constituição de bibliotecas e da própria universidade. A invenção da tipografia ocorreu somente no século XV, portanto, até este momento, a cópia manuscrita foi fundamental para a existência dos livros. LAUAND. Cassiodoro e as Institutiones. **Videtur**, n. 31. Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur31/index.htm>. Acesso em: 15/04/2010.

Hoje, é possível copiar uma frase ou um texto inteiro com o computador ou com fotocopiadoras em segundos. “Não sei se os professores, quando pedem às crianças que copiem algo, têm consciência do que estão fazendo. Copiar é um esforço grande e não está claro que, como prática social, seja necessário nos dias de hoje”, observa a educadora argentina Delia Lerner (PAULINA, 2010, p. 66).

Em outro momento do artigo a educadora Delia Lerner afirma que é papel da escola “[...] formar pessoas que saibam fazer coisas úteis fora de sala de aula” (PAULINA, 2010, p. 66). Com essa afirmação, a relevância histórica apontada anteriormente é descaracterizada por uma percepção meramente utilitária da formação do indivíduo. A afirmação de que a cópia é uma prática social desnecessária, ou a sugestão de que copiar seja tempo perdido, não proporciona aos educadores (que são o público-alvo da revista) a necessária compreensão histórica do assunto. Certamente, a cópia é um dos instrumentos que permitiu (e permite, pois mudamos as técnicas, mas não deixamos de copiar) ao homem o acesso ao conhecimento já elaborado. E este acesso promove o desenvolvimento e o entendimento mais amplos do processo histórico⁵. Afinal, só é possível ao homem desenvolver algo relativamente a uma situação anterior.

Dessa forma, ao estudarmos a História da Educação, devemos ter o cuidado de não exaltar ou depreciar o conhecimento constituído pela humanidade. Todavia, esses juízos de valores têm ocorrido com freqüência em textos direcionados à Educação e à Pedagogia. Eis um exemplo desse posicionamento:

Não devemos esquecer que os pensadores gregos eram uma elite – dentro de uma sociedade elitista e altamente hierarquizada. E não nos deixemos fascinar pelo termo “democracia” inventado por eles, pois naquela época a democracia era privilégio de poucos, do qual estavam excluídas as mulheres e os escravos, isto é, a maioria da população.

Neste contexto, não é de estranhar que os pensadores gregos tivessem se dedicado ao estudo de questões muito distanciadas da problemática surgida das necessidades da vida cotidiana; embora seja certo que isto levou a sociedade ocidental [...] a dar passos importantíssimos no plano intelectual, não é menos certo que também teve seus aspectos negativos (MORENO, 1998, p. 26).

Segundo a professora Montserrat Moreno, não podemos fundamentar nosso ensino em uma sociedade como a grega, que era preconceituosa e estabelecia

⁵ Destaque-se ainda que a transcrição de um texto, ou de partes dele, colabora para nossa memória. Escolher trechos de uma obra para copiar (o fichamento) nos ajuda a estudar e identificar, no texto, conhecimentos que julgamos relevantes.

diferenças de gênero e classe social⁶. Essa forma estreita de considerar o passado não auxilia a nossa compreensão, nem dos períodos históricos anteriores, nem do tempo que estamos vivenciando.

Cumpre ressaltar que os escritos considerados clássicos são exatamente aqueles que tratam “da problemática surgida das necessidades da vida cotidiana”, mas, também, consideram fundamental o conhecimento das relações humanas.

Quanto mais nos afastamos das nossas lembranças, [...] mais nos distanciamos da virtude da prudência porque menos nos aconselhamos acerca do presente e do futuro do conhecimento. Sem essa preocupação mais generalizante do nosso agir nos reduzimos às nossas questíúnculas cotidianas e esquecemos de buscar a totalidade do conhecimento científico e humano (OLIVEIRA, 2007, p. 129).

Assim, o conhecimento não tem somente um valor utilitário e evidente de uma prática cotidiana. Sua importância está relacionada à formação do sujeito, ao desenvolvimento da sensibilidade e da intelectualidade. A partir desses atributos o indivíduo tem condições de conviver socialmente, de se perceber como uma pequena parte de um todo do qual ele não é o centro (DURKHEIM, 2002, p. 201).

Destacamos que as experiências pedagógicas que apresentam o clássico ou o tradicional como ultrapassados não colaboram para a melhor compreensão da realidade por parte dos professores em formação. De acordo com Saviani (2008), se a educação é própria dos seres humanos, é necessário compreender a natureza humana para compreender a natureza da educação. Para o autor, a educação pertence ao que ele denomina ‘âmbito do trabalho não-material’, ou seja, ao campo das idéias, valores, hábitos e conceitos. Ressalta que seria útil que o educador recorresse aos clássicos para a escolha dos conteúdos a serem ensinados:

Quanto ao primeiro aspecto (a identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados), trata-se de distinguir entre o essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório. Aqui me parece de grande importância, em pedagogia, a noção de “clássico”. O clássico não se confunde com o tradicional e também não se opõe, necessariamente, ao moderno e muito menos ao atual. O clássico é aquilo que se firmou como fundamental, como essencial. Pode, pois, constituir-se num critério útil para a seleção dos conteúdos do trabalho pedagógico (SAVIANI, 2008, p. 13 – 14. Grifo nosso).

⁶ Uma leitura atenta – e livre de preconceitos – do livro I da *Política* de Aristóteles pode ajudar a esclarecer a forma como os pensadores gregos abordavam as diferenças sociais presentes na Antiguidade.

A partir dessa perspectiva é possível considerar a relevância do estudo dos clássicos na formação dos professores. A nosso ver, somente por meio do contato com as obras clássicas será possível minimizar a dificuldade ainda existente em diferenciar o clássico do tradicional. Assim como em ‘depurar’ do ensino tradicional aquilo que ele possui de permanente. Ou seja, que o ensino é a transmissão do saber elaborado e a aprendizagem só ocorre com a aquisição desse saber.

Às vezes me dá a impressão de que, passados mais de cinqüenta anos, continuamos ainda na fase romântica. Não entramos na fase clássica. E o que é a fase clássica? É a fase em que ocorreu uma depuração, superando-se os elementos próprios da conjuntura polêmica e recuperando-se aquilo que tem caráter permanente, isto é, que resistiu aos embates do tempo. Clássico, em verdade, é o que resistiu ao tempo. É nesse sentido que se fala na cultura greco-romana como clássica, [...] (SAVIANI, 2008, p. 18).

Neste contexto, ao nos depararmos, frequentemente, com concepções que consideram que a criança só aprende por meio dos sentidos e que a vida cotidiana deve ser a preocupação central da escola⁷, surgiram indagações que serviram de base para a investigação proposta neste texto.

Após estas considerações iniciais abordaremos, a seguir, alguns conceitos que julgamos importantes para se compreender os pressupostos educativos que se diferenciam dos modelos disseminados, em geral, na escola.

Para que fosse possível formularmos nossas considerações, buscamos no texto de Lauand (1987), *O que é uma Universidade?* conceitos que possibilitaram o encaminhamento do estudo.

Precisamente a confusão, a identificação de <<bem comum>> com <<utilidade comum>> é a grande ameaça de totalitarismo do mundo do trabalho, que tende a apoderar-se cada vez mais da existência humana em sua totalidade. Na verdade, <<bem comum>> e <<utilidade comum>> distinguem-se como o todo da parte (LAUAND, 1987, p. 62. Grifo nosso).

A distinção apontada por Lauand, entre utilidade comum e bem comum, indica um aspecto essencial para o desenvolvimento do nosso estudo. O trabalho é apresentado pelo autor como presente em ambos os conceitos. Ou

⁷ Como o estudo é realizado no campo da Pedagogia, abordamos a educação institucionalizada como ponto de partida. No entanto, ressaltamos que os principais autores aqui elencados apresentam a educação de forma integral, como formação do homem para a vida em sociedade.

seja, o trabalho é uma parte – é uma utilidade comum – que pertence a um todo – o bem comum. No entanto, apesar de ser absolutamente necessário e útil à existência humana, o bem comum não é alcançado somente por meio do trabalho. Existem outros aspectos que não pertencem ao mundo do trabalho ou às questões práticas, que devem ser considerados.

Daí que o desumano do mundo totalitário do trabalho seja que seus tentáculos se lancem até mesmo sobre a existência espiritual do homem, negando tudo que não se submeta ao princípio da utilidade [...] (LAUAND, 1987, p. 72).

As questões cotidianas e o mundo do trabalho são parte da vida humana, mas é necessário compreender que não representam a totalidade de nossa existência. Desenvolver as características que nos tornam seres sensíveis e reflexivos pode ficar em segundo plano se percebemos o homem somente no contexto de uma parte da realidade. Essa distinção é relevante no sentido de não considerarmos os indivíduos como escravos de ‘questiúnculas cotidianas’. Transcender a esse mundo prático e imediato, por meio da reflexão, é uma função essencialmente humana e necessária para que nos seja possível desenvolver a sensibilidade e a moral, indispensáveis para o bem comum.

A partir dessas noções de Lauand, realizamos um estudo das obras *Do sumo bem e do sumo mal* de Cícero (106 – 46 a. C.) e *A consolação da Filosofia* de Boécio (480 – 524 d. C.).

É preciso esclarecer que direcionamos o estudo por meio de dois documentos históricos de tempos distintos por considerarmos estas duas obras como conhecimentos clássicos essenciais à formação das pessoas e, especialmente, do professor. Desse modo, ainda que distantes temporalmente um do outro, por tratarem de questões candentes, julgamos oportuno estabelecer o diálogo entre eles. Além disso, nos fundamentamos também na autoridade histórica do medievalista contemporâneo Jacques Le Goff (2003), quando legitima a relevância da história para entendimento da sociedade.

Esta interação entre passado e presente é aquilo a que se chamou função social do passado ou da história. Também Lucien Febvre (1949): <<A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função de suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história>> [...] (LE GOFF, 2003, p. 26).

Em sua análise, Le Goff considera a história do passado sempre contemporânea, visto que responde a interesses presentes. Dessa forma deve levar ao esclarecimento e ao entendimento, não à confusão.

Tal como as relações entre memória e história, também as relações entre passado e presente não devem levar à confusão e ao ceticismo. Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, a seus interesses, o que não só é inevitável como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente. Compete ao historiador fazer um estudo “objetivo” do passado sob sua dupla forma. Comprometido na história, não atingirá certamente a verdadeira “objetividade”, mas nenhuma outra história é possível (LE GOFF, 2003, p. 51)

A percepção de Le Goff é vinculada ao ofício do historiador. Suas observações sobre história e historiografia nos conduzem ao entendimento de que o ser humano sente a necessidade de conhecer a si mesmo e a tudo que está a sua volta. Para que isso ocorra a interação entre passado e presente é essencial e inevitável. No campo da Pedagogia é possível afirmar que isso se torna ainda mais evidente quando percebemos que, se educamos as novas gerações tendo por base somente o presente e aspectos do cotidiano que elegemos como úteis e funcionais, desconsideraremos a função clássica de educar⁸. Assim como desconsideraremos o indivíduo como parte de uma civilização, historicamente, constituída.

Dessa forma, das obras aqui contempladas, procuramos extrair considerações que nos permitam compreender como as noções de conhecimento útil e necessário podem nos auxiliar a obter noções mais abrangentes daquilo que é necessário aprender e ensinar. Ressaltamos que não se trata de tecer críticas a grades curriculares ou constatações de conteúdos ausentes. Ao contrário, o propósito é abordar uma formação – tanto discente, quanto docente – direcionada a valores, hábitos e comportamentos que, muitas vezes, não têm sua utilidade evidenciada nas análises que consideram o imediato e cotidiano como ponto de partida e de chegada no processo de ensino/aprendizagem. Passemos para as considerações das obras.

⁸ Essa função clássica da educação também é encontrada em Durkheim que afirma: “[...] a função mesma da educação é antes de tudo a de cultivar o homem, de desenvolver os germes de humanidade que estão em nós. Ora, um ensino ao qual se atribua a meta única de aumentar nosso domínio sobre o universo físico falta com essa tarefa essencial” (DURKHEIM, A evolução pedagógica, 2002, p. 314).

Do sumo bem e do sumo mal

Escrita em 45 a.C., a obra de Cícero nos revela que a intenção do autor é apresentar a cultura helênica aos romanos para dar um sentido ético à nova realidade que surgia em decorrência da crise do Império Romano e com a apropriação da cultura grega pelos latinos. Ressalte-se que a escrita histórica desta época era profundamente ligada à retórica. Cícero representa uma das fontes fundamentais para a compreensão deste período. Valorizava a língua latina e se preocupava em desenvolver e ampliar o vocabulário para que ela fosse a mais completa, especialmente quando se tratava das traduções dos textos gregos. Em *Do sumo bem* temos uma idéia de como a retórica era valorizada, pois a obra traz a contenda de Cícero com seus colegas a respeito de qual seria o bem supremo. Assim, os termos lingüísticos deveriam revelar as idéias e não obscurecê-las.

[...] não é necessário que traduzas palavra a palavra, como costumam fazer os intérpretes ignorantes, quando o melhor para tornar comprehensível o pensamento é usar uma expressão conhecida. Eu costumo indicar com muitas palavras latinas o sentido de uma só grega quando não posso tomar outro caminho, e não obstante creio que se nos deve conceder o uso de uma palavra grega quando não nos ocorra uma latina [...] (CÍCERO, L. III, c. IV, § 9).

Como tradutor de textos gregos, Cícero incumbiu-se da criação de vocábulos que expressassem de forma correta o pensamento grego para o latim e com isso ampliava o próprio vocabulário latino. Ao mesmo tempo em que Cícero demonstrava, em seu discurso, a relevância da retórica, realizava críticas a Epicuro⁹. Dessa forma, indicava tanto sua noção de retórica quanto sua idéia de sumo bem. Indagava as afirmativas do filósofo e deixava evidente que considerava Epicuro contraditório e pouco eloquente, “[...] já sabemos que ele despreza a elegância no discurso e que fala confusamente” (CÍCERO, L. II, c. IX, § I).

A filosofia proposta por Cícero não exaltava o deleite individual. Contrariamente à corrente epicurista, ele busca demonstrar que as virtudes humanas não eram direcionadas simplesmente ao bem-estar de quem as colocava em prática.

⁹ A corrente epicurista defendia o deleite como bem supremo e a indolência como o maior de todos os deleites. A razão consistiria em escolher ações que suscitassem um grande deleite e afastassem a dor, principalmente a dor da alma.

E, como ninguém gostaria de passar a vida em solidão ainda que com abundância de deleites, facilmente se entende que nascemos para a congregação e para a sociedade natural dos homens. A mesma natureza impele-nos a querer favorecer a muitos, principalmente ensinando-os e dirigindo-os pelo caminho da razão e da prudência. Por isso é muito difícil encontrar quem não ensine a outro o que ele próprio sabe; portanto, somos propensos não só a aprender, mas a ensinar (CÍCERO, L. III, c. XX, § I).

Observamos nesta passagem que a vida em sociedade faz com que os homens sejam impelidos a aprender e ensinar, segundo o filósofo, isso faz parte da natureza do homem.

As crianças jazem de início desvalidas, como se carecessem completamente de alma. Quando já se fortaleceram um pouco, começam a valer-se dos sentidos e da razão, e procuram levantar-se e usar as mãos e conhecer os que as educam, e depois se deleitam com os seus iguais, e se comprazem em reunir-se com eles para brincar, e se entretem ouvindo fábulas, [...] e percebem com curiosidade tudo que em sua casa se faz, e começam a recordar e conhecer e aprender algo [...]. Quando, porém, o espírito vai já ganhando força, reconhece então as suas virtudes naturais, e, ainda que possa chegar muito longe, necessitará sempre daquele primeiro impulso (CÍCERO, c. XV, § I).

Nesta passagem, Cícero descreve sua percepção sobre o desenvolvimento da criança. A potencialidade para o conhecimento já existe, o que não significa que o conhecimento também nasça com o indivíduo. O saber só é desenvolvido por meio da interação com seus semelhantes e do ensino. Dessa forma, utilizando todos os sentidos físicos, a razão e a convivência com outros seres humanos, a criança começa a compreender o mundo.

Cícero preocupou-se em examinar a natureza do homem para compreender os acontecimentos do seu tempo e buscar soluções que mantivessem o indivíduo na condição de ser um Ser social, reflexivo e sensível. Argumenta que o homem é naturalmente constituído de corpo e alma e que a sabedoria é guardiã de ambos. Assim, o sumo bem consiste em respeitar a natureza humana como um todo. “Não buscamos uma virtude que seja contrária à natureza, mas sim uma virtude que a aperfeiçoe” (CÍCERO, L. IV, c. XV, § I).

A consolação da Filosofia

Podemos verificar que, seis séculos depois, Boécio aborda as mesmas questões, sob uma nova realidade histórica. A necessidade de analisar as virtudes, os valores morais e éticos e a subjetividade do homem permanecem

como relevantes no processo de compreender aquela nova realidade. Quando a dissolução do Império Romano já se efetivara, a cultura greco-romana corria o risco de ser destruída por completo e a decadência social tornou-se uma realidade, também em virtude das incursões nômades. Boécio analisa uma civilização que está deixando de possuir características essenciais para a vida em sociedade. A sensibilidade, os valores morais e éticos, a percepção de que o ser humano necessita do convívio social para exercer a sua humanidade, são aspectos que não poderiam ser esquecidos. Sua relevância histórica é destacada em suas traduções e comentários dos escritos clássicos. Suas obras marcam o início do pensamento escolástico que caracteriza a Idade Média. Boécio representa o laime entre o pensamento clássico e a forma de educar presente no medievo (PIEPER, 1973; NUNES, 1979; LAUAND, 1998; OLIVEIRA, 2005).

Em face de uma realidade de destruição Roma ainda sustentava sua grandiosidade. E, neste cenário, Boécio trabalha com o objetivo de transmitir para o latim todo um compêndio de obras essenciais para a educação daqueles que ocupavam posições de poder na sociedade romana. Esse trabalho havia sido realizado por Cícero no século I e, desde então, permanecia praticamente inalterado.

A crise que Cícero vira iniciar é presenciada por Boécio quando de seu final. Boécio representa o homem virtuoso explicitado por Cícero. Foi um dos maiores expoentes do pensamento medieval e, assim como Cícero, defendia o conhecimento e a sabedoria como a essência do ser humano. Elaborou sínteses entre idéias cristãs, o platonismo e o estoicismo. É tido como um dos grandes compiladores do saber antigo e suas obras estiveram entre as mais divulgadas, copiadas e lidas nos tempos medievais (LAUAND, 1998).

Entretanto, seu trabalho foi interrompido em 524 d. C., quando foi preso e submetido a torturas, sob a acusação de traição ao Império de Teodorico (493 – 526 d. C.). Nesta circunstância, Boécio escreve *A consolação da filosofia*, num momento em que sua mente está profundamente mergulhada em decepção, tristeza e revolta. Assim como a sociedade enfrentava um período de violência e destruição, o filósofo defrontava-se com essa realidade em sua vida pessoal. Quando lamenta a perda de poder e dinheiro, a sua consciência recorre à Filosofia para fazê-lo despertar e enxergar o sentido de sua vida e seu trabalho.

Portanto não é de surpreender se neste oceano da vida somos perturbados por muitas tempestades, principalmente se desejamos afastar-nos dos homens maus. E seu número, embora grande, deve no entanto

ser desprezado, pois eles não tem guia algum que os dirija e ficam na ignorância, que os deixa ao capricho da Fortuna (BOÉCIO, L. I, c. VI, § III).

A Filosofia, personificada no texto de Boécio, chama a atenção para a Fortuna, afirmando que o homem que fundamenta sua existência nela deve estar preparado para as consequências. Do ponto de vista do autor, a Fortuna cria uma imagem de felicidade. No entanto, trata-se de uma felicidade efêmera e inconsistente. Dessa forma, a sabedoria consiste em desprezar o desejo pela Fortuna, que é tudo aquilo que está relacionado ao material, ao destino ou à sorte.

Vós combatéis numa batalha – e quão árdua é a batalha! – contra toda forma de Fortuna para impedi-la de vos desmoralizar, se ela vos for adversa, ou de vos querer corromper, se vos sorrir. Mantende-vos no meio! Para além ou para aquém dessa linha média encontra-se o desprezo da felicidade e não a recompensa do esforço. Depende apenas de vós dar à Fortuna a forma que desejais (BOÉCIO, L. IV, c. XIII, § I).

A capacidade humana, de pensar em relação ao tempo histórico, a abstração e a reflexão são os valores realmente pertencentes ao homem. Valores estes, que só podem ser desenvolvidos no convívio social. Boécio indica, aos homens de seu tempo, a importância da sabedoria para a conservação da natureza humana e, por conseguinte, da sociedade. Utilizar a razão para fazer escolhas é exercer o livre-arbítrio, que se manifesta na distinção e julgamento de cada coisa. O homem não poderia ser dotado de razão se não tivesse a liberdade e a capacidade de avaliar, analisar e escolher aquilo que está de acordo com seu desejo.

Quanto às almas humanas, são necessariamente mais livres quando se mantêm na contemplação da inteligência divina, e menos livres quando descem para juntar-se às coisas corporais, e menos livres ainda quando se ligam à carne. E elas alcançam o fundo da servidão quando, levadas pelos vícios, deixam de ter a posse de sua própria razão. [...] e essas almas são perturbadas por uma servidão da qual elas mesmas são responsáveis, sendo, de certa forma, prisioneiras de sua própria liberdade (BOÉCIO, L. V, c. 3, § 1).

A complexidade dessa afirmação reside, aparentemente, em sua clareza. Contemplar o que é divino seria buscar compreender o desconhecido; vislumbrar nossa própria existência como algo que, possivelmente, está além do material ou corpóreo. Lembremos que Boécio inicia o pensamento escolástico e, por conseguinte, o vínculo existente entre o pensamento cristão e a filosofia presente no medievo. Dessa forma, ele analisa o livre-arbítrio – e a liberdade – como algo que deve ser profundamente relacionado e dependente da razão. Se utilizarmos a liberdade para escolher o vício e não a virtude, para escolher

o prazer imediato em vez do *sumo bem*, escolhemos nos afastar da razão e, portanto, da liberdade que o conhecimento pode proporcionar. Escolheremos, assim, de acordo com o autor, tornarmo-nos reféns da ignorância.

Considerações Finais

Ao abordarem a formação dos homens e seus valores morais em diferentes períodos históricos, Cícero e Boécio expressaram perspectivas de educação que colaboram para a compreensão da atual sociedade. Num momento em que a educação – especialmente a institucionalizada – é percebida como solução dos problemas sociais que estão muito além de sua real função, é importante avaliarmos quais conhecimentos e valores são, não somente úteis, mas necessários ao ser humano. Conforme Durkheim:

O que a história ensina é que o homem não muda de maneira arbitrária; não se metamorfoseia à vontade, chamado por profetas inspirados; pois, como se choca com o passado adquirido e organizado, qualquer transformação é dura e laboriosa; faz-se, por conseguinte, apenas sob o império da necessidade (DURKHEIM, 2002, p. 307).

Com esta passagem, procuramos salientar que, primeiramente, não serão as instituições educacionais as ‘transformadoras’ da sociedade. Mas, dentro dessas instituições é possível, ao indivíduo, o acesso a conhecimentos que não o tornarão somente um bom profissional, mas, antes, um sujeito capaz de compreender a natureza social do Ser social – que exerce a função específica e naturalmente humana de utilizar a razão. É, pois, neste mesmo contexto que é possível à escola assumir sua função clássica. Essas afirmações não significam, de forma alguma, que pretendemos aqui apresentar a ‘solução mágica’ para os problemas educacionais com os quais nos deparamos no presente. A intenção é ressaltar e exaltar a necessidade do estudo, especialmente das noções básicas – e clássicas – relativas ao campo educacional.

O contexto histórico da Idade Antiga e do início da Idade Média é, claramente, muito distante da realidade dos homens da atualidade. Porém, a formação do que somos no presente provém, de certa maneira, da forma como esses homens, e outros antes e depois deles, consideraram a educação. A História, neste contexto, assume um valor inestimável, tendo em vista que, além de nos permitir compreender a atual sociedade, possibilita-nos analisar a permanência de algumas condutas humanas,

mesmo diante de profundas modificações dos acontecimentos. No estudo apresentado neste artigo, tivemos contato com pensamentos de educadores que viveram há muito tempo, mas que se preocupavam, também, em educar e desenvolver intelectualmente os homens para que houvesse o desenvolvimento de valores individuais – sensibilidade, moral, ética, honestidade – que permitissem a manutenção da sociedade. Para estes autores, o estudo e o conhecimento são formas de exercer e aperfeiçoar a natureza humana. Ao considerarmos que a humanidade é justificada e orientada pela convivência social é possível propor que a utilização do intelecto dirige-se, necessariamente, a coexistência em grupo. Esta relação entre razão individual e sociedade nos remete ao papel atualmente atribuído à educação: a responsabilidade de formar cidadãos e transformar a sociedade. A democratização do acesso à escola é frequentemente indicada como principal maneira de transformação e garantia de direitos civis. Esta é uma acepção apresentada com fundamentos históricos, como se originalmente a escola tivesse esses objetivos. Afirma-se que, historicamente, a educação cumpre com a função de formar para a sociedade.

Constitui estranho erro acreditar que a instituição escolar se explica, através dos séculos, pela função de formar o homem ou, ao contrário, adaptá-lo à sociedade; em Roma não se ensinavam matérias formadoras nem utilitárias, e sim prestigiosas e, acima de tudo, a retórica. É excepcional na história que a educação prepare o menino para a vida e seja uma imagem da sociedade em miniatura ou em germe [...] (DUBY e ARIÈS, 1981, p. 33 e 34).

Nessa citação, os autores indicam que, houve momentos na história da educação em que a escola não cumpriu o papel que, atualmente, atribuímos a esta instituição. As modificações sociais não ocorrem, exclusivamente, devido às práticas educacionais. Dessa forma, reiteramos nossa principal consideração de que no campo educacional, com o estudo dedicado ao entendimento da realidade, é possível encontrar meios que nos desviam – com paciência, disciplina e muito trabalho – do caminho da ignorância e da alienação e nos dirijam para um pensamento autônomo e livre. Um dos caminhos que acreditamos ser viável para atingir estes propósitos é a conservação e o estudo de clássicos como Cícero e Boécio.

Resumo: Neste texto apresentamos um estudo das obras *Do sumo bem e do sumo mal* de Cícero (106 – 46 a. C.) e *A consolação da Filosofia* de Boécio (480 – 524 d. C.). Essas obras representaram, cada qual em seu tempo, a percepção desses educadores em relação à formação do indivíduo. Foram autores utilizados como referência em períodos posteriores e, ainda atualmente, é possível compreender porque são considerados clássicos. Em Cícero, a retórica está associada à sua concepção de bem supremo e virtude. Boécio indica a Filosofia como fonte de sabedoria e principia o vínculo entre razão e fé que caracterizará a escolástica no medievo. Por meio do estudo destes dois clássicos pretendemos, no âmbito da história da educação, abordar valores sociais essenciais e atemporais – reconhecer necessidades e valores humanos que perpassam as diferentes circunstâncias históricas. Ressaltamos, também, a necessidade do estudo das obras clássicas na formação docente como forma de estender o pensamento e o conhecimento para além daquilo que é imediato e utilitário no campo educacional.

Palavras-chave: História da educação; obras clássicas; formação docente.

Abstract: Here we present a study of the works *About the Ends of Goods and Evils* of Cicero (106 to 46 BC) and *The Consolation of Philosophy* of Boethius (480 to 524 AD). These works represented, each one in its time, the educators' perception regarding the formation of the individual. These authors were used as reference in later periods and, even today, one can understand why they are considered classics. In Cicero, rhetoric is linked to his conception of the highest good and virtue. Boethius shows philosophy as source of wisdom and begins the link between reason and faith that characterized the medieval scholasticism. Through the study of these classics, in the history of education, we seek an approach of social, essential and timeless values, that is, recognize human needs and values that run through the different historical circumstances. We also highlight the necessity of studying the classical works in teacher education as a way to extend the thought and knowledge beyond what is immediate and functional in education.

Keywords: History of education; classical works; teacher education.

Referências

- BOÉCIO. **A consolação da Filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CÍCERO. **Do sumo bem e do sumo mal.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DUBY, G.; ARIÈS, P. **História da vida privada.** São Paulo: Companhia das Letras, 1981. p. 22 – 43.
- DURKHEIM, E. **A evolução pedagógica.** Porto Alegre: Artes médicas, 1995.
- LAUAND, L. J. **O que é uma Universidade?** São Paulo: Perspectiva, 1987.
- LAUAND, L. J. **Cultura e educação na Idade Média.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LAUAND, L. J. Cassiodoro e as *Instutiones*. **Videtur**, n. 31. Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur31/index.htm>. Acesso em: 15/04/2010.
- LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- MORENO, M. Temas transversais: um ensino voltado para o futuro. In: BUSQUETS et al. **Temas transversais em Educação.** São Paulo: Ática, 1998, p. 19 – 59.

- NUNES. R. **História da educação na Idade Média**. São Paulo: EDUSP, 1979.
- OLIVEIRA, T. **Escolástica**. São Paulo: Mandravá, 2005.
- OLIVEIRA, T. Origem e memória das universidades medievais. **Varia história**, Jun 2007, vol.23, n. 37, p.113-129.
- OLIVEIRA, T. A importância da leitura de escritos tomasianos para a formação docente. **Notandum**, São Paulo/Porto, set. – dez. 2009, n. 21, p. 75 – 83.
- PAULINA, I. Tempo perdido. **Nova Escola**, São Paulo, n. 229, p. 64 – 67, 2010.
- PIEPER, J. **Filosofia Medieval y Mundo Moderno**. Madrid: Rialp, 1973.
- SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da Educação. In: _____. **Pedagogia Histórico Crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 11 – 22.

Recebido em abril de 2010

Aprovado em junho de 2010